

ATA EJ Nº 4/2023, DE 6/11/2023.

PROCESSO PROAD Nº 6315/2023.

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA JUDICIAL

Aos seis dias do mês de novembro de 2023, às dezessete horas, reuniram-se de forma híbrida (presencial na Escola Judicial e telepresencial pelo *Google Meet*) o Diretor da Escola Judicial Desembargador **Carlos Alberto Bosco**, o Vice-Diretor da Escola Judicial Desembargador **Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo**, a Desembargadora **Luciane Storer**, representante dos Desembargadores, a Juíza **Ana Paula Silva Campos Miskulin**, representante dos Juízes Titulares, a Juíza **Rosilene da Silva Nascimento**, representante dos Juízes Substitutos, o Juiz **Sérgio Polastro Ribeiro**, Diretor da AMATRA XV. Presentes, ainda, os servidores da Escola Judicial **Denise Pereira Toniolo** (Assessora), **Alessandro Quiñones Schumacher** (Coordenador de Apoio às Ações Educativas da Escola Judicial), **Ana Maria da Silva Oliveira** (Coordenadora de Gestão Pedagógica), **Diego Dotto de Moraes** (Servidor da Seção de Apoio Administrativo da Escola) e **Fabiana Pereira de Andrade** (Assistente da Seção de Apoio Administrativo da Escola). Ausente o servidor **Rodrigo Garcia Carniel**, representante dos servidores.

Iniciados os trabalhos, o Desembargador Diretor da Escola Judicial, **Carlos Alberto Bosco** agradeceu a presença de todos para tratar os assuntos pertinentes à execução do orçamento da Escola Judicial, ano e exercício 2023.

Foram tratados os seguintes assuntos cujas resoluções seguem transcritas:

1. Felicitações ao Diretor da Escola Judicial pelo seu Doutorado

Antes da abertura da reunião, o Vice-Diretor da Escola Judicial, Desembargador Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo, externou os parabéns ao doutorado do Desembargador Diretor da Escola Judicial Carlos Alberto Bosco, em razão da defesa de sua tese, ocorrida no mês de outubro, em Coimbra/Portugal, solicitando que constasse o registro em ata. Ato seguido por todos os demais presentes.

2. Acompanhamento do orçamento da EJUD15

A assessora da Escola Judicial, Denise Toniolo, informou que a EJUD15 deu continuidade à execução do orçamento do ano 2023 com as novas atividades determinadas na última reunião do Conselho Consultivo, ocorrida em 11 de outubro, e conduzida pelo Vice-Diretor da Escola Judicial, Desembargador Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo, no exercício da direção, em razão do afastamento para estudos do Desembargador Diretor da Escola Judicial, Carlos Alberto Bosco: pagamento de diárias para magistrados de primeira instância participarem do Congresso de Direito do Trabalho Rural de Marília, pagamento de passagens aéreas e diárias para até 6

magistrados participarem do Congresso Internacional de Direito do Trabalho, em Fortaleza, além do pagamento de inscrições e passagens aéreas para 10 magistrados participarem do II Congresso Nacional da Magistratura do Trabalho.

Referente ao Congresso de Direito Coletivo do Trabalho, informou que não houve possibilidade de divulgar o evento pois o link de inscrições ainda não está disponível, bem como não foram localizadas as informações mínimas para um comunicado/divulgação. Ressaltou ainda que o limite de 6 vagas, a serem distribuídas de forma igualitária entre as classes de magistrados, foi definido especificamente para o Congresso Internacional de Direito do Trabalho, em Fortaleza, conforme constou na ata da reunião anterior.

Explicou sobre a impossibilidade da contratação de curso para servidores, conforme solicitado pela Desembargadora Luciane Storer, pois a contratação e execução do curso indicado deveriam ocorrer ainda neste exercício, o que não será mais possível em razão da proximidade do final do ano, o que foi complementado pelo servidor Alessandro.

O Des. Luiz Paim da Luz Bruno Lobo expressou a preocupação e sugeriu um acompanhamento atento da Escola Judicial, referente aos valores que serão empregados nas últimas atividades aprovadas pelo Conselho, para que a devolução do orçamento remanescente ocorra de forma a haver tempo de ser aproveitado pelo Tribunal.

O Des. Carlos Alberto Bosco informou que essa sempre foi uma preocupação da atual Direção e que este motivo, após provocado pelas áreas responsáveis (Diretoria Geral e SOF), formalizou a devolução do recurso que não seria utilizado em ações formativas da Escola Judicial, tendo como orientação o Plano Anual de Atividades, para que fosse realocado e aproveitado pela Administração do Tribunal, citando possibilidades de utilização desses recursos para pagamento do PAI, FJ, de forma a não prejudicar a utilização integral do saldo orçamentário geral do Tribunal. Explicou ainda que havia uma preocupação com o Encontro de Magistrados 2023, ocorrido no segundo semestre, que não se sabia ao certo o valor que seria empregado no evento, uma vez que ocorreria em hotel localizado distante da sede do Tribunal, e que as despesas não eram claras naquele momento porque haveria várias contratações necessárias para sua realização.

O servidor Diego Dotto, que trabalha com o controle orçamentário da Escola Judicial e responsável por fazer as projeções de despesas orçamentárias, fazendo uso da palavra, mencionou que atua na respectiva função desde 2013, na então Direção do Des. Samuel Hugo Lima, desde que a Escola Judicial passou a ter o papel de ordenação de despesas, e explicou que, anualmente, a Escola Judicial é provocada para fazer eventual devolução de recurso orçamentário que não será utilizado, por volta do início de agosto/setembro, para que o Tribunal possa realocar os valores e serem aproveitados em outras unidades.

O servidor Alessandro complementou mencionando que estamos no limite do prazo para fazer uso do recurso e devolver eventual valor remanescente, por analogia aos prazos que a Secretaria

da Administração nos informa ser de 40 dias aproximadamente para novas contratações. Informou ainda que foram gastas com as atividades oriundas da reunião do Conselho Consultivo, ocorrida em 11 de outubro, uma grandeza que gira em torno de R\$ 120.000,00, sugerindo que até o fim desta semana seja verificado quanto temos de saldo para devolução, com pelo menos um mês antes do recesso, para que o recurso ainda possa ser reaproveitado pela administração do Regional.

Ele ainda esclareceu ao Juiz Sérgio Polastro Ribeiro, Diretor da AMATRA XV, que contestou o pedido de diárias de 17 magistrados para participar do XIX Congresso Rural, em Marília/SP, em razão de um número de inscritos superior, informando que a Escola Judicial abriu manifestação tão somente aos juízes de primeiro grau, conforme constou na ata da reunião do Conselho Consultivo ocorrida em 11 de outubro, ressaltando que a Presidência havia comunicado que pagaria diárias aos magistrados de segundo grau.

Após as ponderações, ficou determinado que a Escola Judicial deverá formalizar uma consulta à Diretoria-Geral para saber até que data o orçamento remanescente poderá ser devolvido, para que haja aproveitamento do recurso pela Administração do Tribunal.

Para aproveitamento do orçamento ainda vigente da Escola, foi aprovada a divulgação dos eventos:

- 1) II Fórum sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público, de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2023, que ocorrerá em Belém/PA. Evento realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e de outras instituições governamentais.
- 2) Congresso de Direito Coletivo do Trabalho que ocorrerá entre 6 e 7 de dezembro, a ser realizado pelo TST / ENAMAT / MPT, em Brasília.

3. Plano Anual de Atividades do ano de 2024

A Juíza Ana Paula Silva Campos Miskulin, representante dos Juízes Titulares, solicitou esclarecimento a respeito da elaboração do Plano Anual de Atividades de 2024.

A assessora da Escola Judicial Denise Toniolo informou que a EJUD15 realizou o levantamento de interesse das unidades demandantes e que agora estamos na etapa de compilação para fazer a priorização das demandas. A servidora Ana Maria esclareceu ainda que temos prazo até final de novembro para encaminharmos o Plano para a ENAMAT.

E nada mais havendo a tratar, o Des. Carlos Alberto Bosco agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Registros realizados por Fabiana Pereira de Andrade e Alessandro Quiñones Schumacher. Validação realizada pelo Diretor da Escola Judicial.

Desembargador CARLOS ALBERTO BOSCO
Diretor da Escola Judicial do TRT15